

DOI:10.4025/5cih.pphuem.0903

Educação Patrimonial e Ensino de História: estudo de caso da comunidade remanescente quilombola Manoel Ciríaco dos Santos, na região de Guaíra-PR

Rosana Steinke¹

Resumo: Este artigo retrata o projeto elaborado junto ao PDE (Programa de Desenvolvimento Educacional) e seu desenvolvimento junto aos professores e alunos buscando apontar seus resultados dentro da área de Ensino de História. Tal perspectiva faz parte de uma intervenção pedagógica, pautado na perspectiva histórico-crítica, junto aos alunos da 8ª série do Ensino Fundamental do Colégio Estadual Marechal Costa e Silva – E. F .M., município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná. Como objetivo, busca compreender como os quilombos e a cultura quilombola pode ser tema de assunto abordado nas aulas de História e constituir patrimônio material e imaterial no Estado do Paraná. Especificamente buscou-se identificar as regiões quilombolas do Paraná e destacar a comunidade remanescente quilombola Manoel Ciríaco dos Santos, na região de Guaíra, como estudo de caso. Para tanto, foi realizado um levantamento histórico sobre a criação do mesmo e entrevistas com os moradores, além de registros diversos, bem como uma visita dos alunos ao referido local. O material proposto certamente não tem a pretensão de esgotar o assunto, no entanto busca uma reflexão sobre a formação dos quilombos rurais e urbanos como formas de organizações coletivas, discutindo a questão da identidade e da cultura dos quilombolas no Paraná e, por fim, apresentar um material didático para subsidiar o professor nas aulas do ensino fundamental a partir de uma discussão teórico-metodológica envolvendo questões de patrimônio cultural material e imaterial.

Palavras-chave: ensino de história; quilombola; educação patrimonial.

1. Introdução

Segundo as discussões atuais sobre a questão da educação básica e fundamental, os sujeitos da Educação Básica, crianças, jovens e adultos em geral oriundos de zonas urbanas ou rurais, de diversas regiões e com diferentes origens étnicas e culturais, devem ter acesso ao conhecimento produzido pela humanidade que, na escola, é veiculado pelos conteúdos das disciplinas escolares (FRIGOTO, 2004, apud PARANÁ, 2008, p.14).

Para atender essa demanda, em janeiro de 2003, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, aprovou a Lei n. 10.639/03, que determina a inclusão do ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de nível fundamental e médio no Brasil.

Já as Diretrizes confirmam a necessidade de um ensino de história local, apresentando uma proposta pedagógica de História para o Ensino Fundamental que parta das histórias locais e do Brasil para a História Geral possibilitando assim, a abordagem da História regional, o que atende a outra Lei de n. 13.381/01 que torna obrigatória, no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública Estadual, o trabalho com os conteúdos de História do Paraná (PARANÁ, 2008, p.45).

Considerando a importância de implementação das leis citadas e a necessidade de incluir os diferentes sujeitos históricos no contexto ensino-aprendizagem, este trabalho tem como justificativa o estudo da formação da identidade do povo paranaense, apresentando a temática da presença do negro no Estado, especificamente a comunidade remanescente de quilombos. Abordar a questão dos remanescentes de quilombos objetiva dar visibilidade à população negra e à sua contribuição para a formação de nosso patrimônio cultural.

Difundir os saberes dessas populações entre os educandos e professores é pertinente, como um meio de compreensão e de afirmação de nossa identidade que é pluricultural.

Isto é também justificável por ter como resultado a elaboração de material didático-pedagógico de qualidade que será oferecido aos alunos da Educação Básica das escolas do Estado. Tal material está embasado em fontes substanciais referentes às comunidades quilombolas paranaenses, com a intenção de dar suporte à prática pedagógica, proposta buscando auxiliar a construção de uma escola cidadã, inclusiva e democrática. Por fim, cabe ressaltar aqui que é um trabalho que faz parte da segunda etapa do Projeto PDE – Programa de Desenvolvimento Educacional – do Paraná.

Como objetivo geral buscou-se compreender como os quilombos e a cultura quilombola se constitui patrimônio material e imaterial, no Estado do Paraná. Como objetivo específico a preocupação foi redimensionar o conceito de quilombo, identificar as regiões quilombolas do Paraná e destacar a comunidade remanescente quilombola Manoel Ciríaco dos Santos, como caso específico a ser trabalhado. Para isso, foi feito um estudo em grupo com alunos e professores sobre a formação dos quilombos rurais e urbanos, como formas de organizações coletivas sempre na tentativa de discutir a questão da identidade e da cultura dos quilombolas no Paraná.

2. O ensino de História e a questão dos quilombolas no Paraná

Como se sabe, a partir de uma visão positivista, por muito tempo o ensino de história no Brasil se utilizou de uma visão eurocêntrica, contando os grandes feitos das conquistas européias e desconsiderando conflitos de diferentes povos e civilizações que contribuíram para o desenvolvimento da humanidade. Ante esse contexto, leis brasileiras vêm respaldar um ensino que procure observar outras frentes históricas. A

Lei nº. 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional embasou a implementação da Lei nº. 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade no currículo oficial da Rede de Ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Torna-se oportuno e agora obrigatório o estudo dessa parte da História do Brasil. O parecer CNE/CP 3/2004, do Conselho Nacional de Educação institui as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas”. O cumprimento dessas Diretrizes ficará a cargo dos estabelecimentos de ensino sob a orientação dos sistemas de ensino.

Ante essas leis, pergunta-se: quando isso entra em pauta de fato nos conteúdos educacionais no ensino ministrado nas escolas públicas paranaenses? Procurando discutir a questão, este projeto, ao abordar a temática do quilombo, busca responder questões como as seguintes: como se deu a formação destas comunidades no Paraná? Os alunos reconhecem tais comunidades? Poderiam identificar membros destas comunidades no contexto de sala de aula? Essas comunidades são reconhecidas como patrimônio cultural material ou imaterial?

Referindo-se especificamente à comunidade remanescente de Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos, outras questões foram analisadas como, por exemplo, a questão educacional: como ocorre a Educação nessa comunidade, quais são os desafios sociais, políticos e religiosos enfrentados por essa comunidade, quais são as iniciativas governamentais para sustentabilidade dessa comunidade?

Desde o período colonial, a denominação “quilombos” vem sendo sistematicamente usada, conceito que passou por várias interpretações.

Primeiro, reporta-se ao conceito emitido pelo Conselho Ultramarino em 1740 “(...) toda habitação de negros fugidos, que passam de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles” (SHMITT et all, 2002, p.2). Assim, Quilombo é um termo que designou, por muito tempo, apenas acampamentos de escravos fugidos, tendo origem africana:

Quilombo derivaria de kilombo, sociedade iniciática de jovens guerreiros mbundu, adotada pelos invasores jaga (ou imbangala), formados por gente de vários grupos étnicos desenraizada de suas comunidades (REIS, 1996 apud MOURA, 2007). Esta matriz histórica dos quilombos foi retomada para se referir às comunidades rurais negras no Brasil. O conceito de quilombo tem sido objeto de reflexão histórica e política desde os anos 70.

Nesse contexto temporal, o Movimento Negro denominou os quilombos como “pedaços da África no Brasil”, organização que tem encabeçado várias lutas para valorização da cultura afro-brasileira e conquistado avanços governamentais e legislativos.

Atualmente, podem-se conceituar quilombos contemporâneos como comunidades negras rurais habitadas por descendentes de africanos escravizados, que mantêm laços de parentesco e vivem, em sua maioria, de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo (MOURA, 1999 apud MIRANDA, s. p).

Quanto à formação de quilombos no Brasil se deu, principalmente, através da fuga de escravos das grandes fazendas açucareiras, no período colonial. Existiram muitos quilombos ao longo da nossa história, e entre eles Palmares é considerado um símbolo nacional da resistência negra. Sua comunidade era localizada na Serra da Barriga, em Alagoas, nasceu no início do século XVII e se manteve até 1695. Tinha uma complexa organização territorial, militar e administrativa.

Em relação à presença do negro no Paraná e a existência de comunidades quilombolas, de acordo com o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, existem 91

comunidades quilombolas em 26 municípios paranaenses, 36 delas já tem certificação da Fundação Cultural Palmares que as reconhece como comunidades quilombolas. A criação do Grupo de Trabalho Clóvis Moura possibilitou o conhecimento dessas comunidades e a chegada nestes locais. (VIEIRA e GONÇALVES, 2007).

Dentre as 36 comunidades quilombolas já certificadas no Paraná, será dado destaque neste projeto de intervenção pedagógica a Comunidade Remanescente Quilombola Manoel Ciríaco dos Santos, localizada próxima à Cidade Gaúcha – PR, como já foi ressaltado.

Essa comunidade se localiza no município de Guairá. Seus membros fixaram-se no Paraná, em meados do século XX, no Patrimônio do Maracajú dos Gaúchos, no município de Guaíra. Depois de trabalhar para fazendeiros em Minas Gerais, passam por São Paulo e finalmente chegam ao Paraná. A referência geográfica da comunidade é o rio Barigui.

Além disso, outro conceito mobilizado nesta pesquisa é o de Patrimônio Material e Imaterial. Este, definido como práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas e também os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhe são associados e as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos que se reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO, apud R.G. BOTH, 2006, p.53).

Aquele, o Patrimônio Material, segundo o IPHAN, diz respeito ao conjunto de bens culturais classificados de acordo com sua natureza em arqueológico, paisagístico e etnográfico, histórico, belas artes e das artes aplicadas. É dividido em bens móveis e imóveis (BOTH, 2006, p.53).

É preciso ressaltar que o IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) é responsável por preservar a diversidade das contribuições dos diferentes elementos que compõem a sociedade brasileira e seus ecossistemas. Tem com função preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, como também assegurar a permanência e usufruto destes bens para a contemporânea e as futuras gerações (BOTH, 2006, p.53). Foi instituído a partir do Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937. É um órgão executivo da administração pública federal, com características muito peculiares, pois elabora a política, cria o instrumento do tombamento e executa a fiscalização dos bens salvaguardados. É nessa perspectiva que o quilombo em questão foi analisado, ou seja, como patrimônio cultural do Brasil, mas buscando mostrar a importância dele para as comunidades próximas.

Desse modo, se percebe que a visibilidade das comunidades negras rurais começou a ganhar maior expressão a partir da Constituição Federal de 1988, que nos artigos 215 e 216, promove e defende o patrimônio cultural brasileiro e, em especial no seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias garantiu a propriedade territorial desses moradores. Baseados na Lei, desde então os quilombolas lutam pela emissão dos títulos definitivos de suas terras.

Pensar o quilombola como Patrimônio Cultural é, além disso, valorizar a identidade e a cultura desta comunidade, abrindo caminho para o estudo das diversidades (PELEGRINI; FUNARI, 2008, p. 23):

A valorização da diversidade humana não pode ser desvinculada da eclosão das reivindicações do reconhecimento do valor de identidades sociais e, portanto, da contestação dos conceitos de cultura monolítica e homogênea. Partindo do pressuposto de que as pessoas de um mesmo grupo compartilham valores, de que se sentem partícipes, formulou-se o conceito normativo de “pertencimento” (CARVALHO; FUNARI, 2001).

Assim, entendemos que quilombo não pertence somente ao passado escravista, tampouco se configura como comunidade isolada. Ao contrário, várias comunidades quilombolas mantêm-se vivas e atuantes, lutando tanto pelo direito de suas propriedades, como em manter vivas suas heranças culturais, que lhes são peculiares – como é o caso da Comunidade Manoel Ciríaco dos Santos.

2.1 Relato de uma experiência com os alunos

Este Projeto de Implementação Pedagógica, do Programa PDE do Estado do Paraná foi desenvolvido no Colégio Estadual Marechal Costa e Silva- Ensino Fundamental e Médio, na Cidade Gaúcha - PR. Foi aplicado a alunos de 8ª série do Ensino Fundamental no período matutino, tendo duração de 32 horas, sendo revertido em 12 h/a. Nesta parte, discorre-se sobre o contexto e a intervenção do projeto.

O estudo de caso feito teve como intenção partir do geral ao particular, buscando contextualizar os conceitos sobre o tema abordado e o surgimento e permanência destes espaços no Brasil. Por fim, identificar as regiões quilombolas do Paraná e, mais especificamente, a comunidade remanescente quilombola Manoel Ciríaco do Santos, localizada na região de Guairá.

Foram feitas visitas à referida comunidade, coletando dados e registrando por meio de fotografias, com a devida anuência da população local, material esse incorporado no material didático – unidade temática elaborada ao fim deste projeto.

Com tal proposta, acredita-se atender as necessidades do PDE, visando interação entre a pesquisa e o ensino de História, colaborando na discussão e elaboração de fontes de pesquisa para sala de aula. O que nos move é a posição, como professora na atualidade, de que ensinar História não se restringe a documentos escritos e buscar trabalhar com outras linguagens como fontes orais – os relatos dos moradores da comunidade - bem como documentos icnográficos (fotografias, imagens), objetos. Além disso, faz-se uso ainda de outras linguagens como apoio didático como documentários, filmes e mídias em geral.

Vale lembrar que, em momento algum, ao trabalhar com as fontes o professor vai transformar o aluno em historiador, nem substituir o seu trabalho no processo ensino-aprendizagem.

Para o trabalho com fontes e documentos Schmidt e Cainelli (2004) no ensino de História apontam alguns encaminhamentos para esse trabalho. Também se buscou trazer para o ensino a discussão da presença dos quilombos e do valor cultural dos mesmos, ressaltando sua presença no Paraná. Para isso, como já foi citado anteriormente neste artigo, foi feito um histórico sobre estas comunidades e um estudo de caso.

Os sujeitos participantes da experiência foram alunos de uma escola pública, estadual, localizada na Rua Vasconcelos Jardim, nº. 1696, no município de Cidade Gaúcha, Estado do Paraná. A escola funciona em três turnos, recebendo aproximadamente 1.500 alunos da Educação Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos.

A implementação foi realizada no segundo semestre de 2010, com alunos da 8ª série do Ensino Fundamental, participando 38 alunos do período matutino, com interação direta da pesquisadora e alunos envolvidos.

O roteiro de trabalho proposto compreendia várias etapas que foram desenvolvidas com diversas atividades como pesquisa, sistematização das informações em forma de texto, produção de painéis para apresentação ao público.

Esta implementação ocorreu durante encontros marcados no contra-turno dos alunos. Utilizamos primeiramente leitura de textos para informações sobre comunidades

remanescentes quilombolas para desmistificar a idéia de que quilombo era um local apenas de resistência e de isolamento. Foi levada em consideração durante a pesquisa a existência de quilombos no Brasil, Paraná e nas proximidades do município onde reside a pesquisadora.

Para assegurar a compreensão do significado de comunidades remanescente quilombolas reportaram-se a textos informativos, recortes de filmes e documentários sobre o tema em estudo. Na constituição Federal de 1988, foi estudado seu Artigo 68 que se refere ao direito de propriedade das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas, devendo o Estado emitirem-lhes os respectivos títulos.

O estudo cartográfico fez parte desta pesquisa, onde os alunos observaram a localização das comunidades remanescentes quilombolas, fazendo uso do mapa do Brasil, Paraná e Guaíra. No mapa do Paraná foi dado maior destaque a região de Guaíra por estar ali situado a comunidade remanescente em estudo.

As várias abordagens pedagógicas utilizadas geraram nos alunos discussões e reflexões pelo reconhecimento quanto à existência de comunidades remanescentes de quilombos nos dias atuais. Isto foi concretizado na visita a comunidade remanescente de quilombo Manoel Ciriaco dos Santos em Guaíra, resultando em documentos icnográficos produzidos pelos alunos e relatos orais dos moradores da comunidade. Neste momento da implementação, percebe-se um avanço qualitativo na relação do aluno com o tema trabalhado, constatando-se que em atividades práticas, de campo, há um maior envolvimento do aluno com a aprendizagem.

A conclusão do projeto de intervenção se deu com uma atividade envolvendo a comunidade local e regional, onde os alunos apresentaram seus conhecimentos adquiridos na Feira de Ciências e do Conhecimento (FECICO), em novembro de 2010, evento cultural que se realiza no Colégio Estadual Marechal Costa e Silva, há mais de 20 anos. A participação neste evento proporcionou momentos de grande satisfação e concretização do aprendizado.

As visitas contaram com a presença de professores, funcionários do Núcleo Regional de Educação de Cianorte, alunos de outras localidades, moradores da cidade, cuja interação pode ser considerada proveitosa a medida que proporcionou a interação dos painéis e dos visitantes, com os alunos exposto o tema.

A implementação deste projeto foi partilhada e analisada com diversos professores de História da rede pública paranaense, através do Grupo de Trabalho em Rede – GTR, em ambiente virtual de aprendizagem, oferecido no portal e-escola sob a coordenação da professora PDE.

A receptividade deste projeto foi grande por parte da maioria dos professores participantes, os mesmos avaliaram-no como positivo e de grande proveito para o ensino de história como forma de conhecimento das comunidades remanescentes quilombolas do Paraná. Obteve a contribuição de alguns professores cursistas quanto a documentários da TV escola, sugestão de filmes, sites e livros.

3. Algumas considerações finais

Pode-se dizer que o presente estudo trouxe contribuições para a prática do Ensino de História. Em primeiro lugar, colocando a questão da história dos quilombolas de forma geral e depois especificamente no estado do Paraná. O estudo da presença de tais comunidades em território paranaense é recente e ainda pouco explorado em sala de aula.

Em segundo lugar, o projeto e sua implementação permitiu que se fizesse uma interação entre teoria e prática com a visita dos alunos a comunidade em questão, localizada perto do município de atuação em que os mesmos estudam. Para os alunos foi uma experiência diferenciada se deparar com algo que está geograficamente perto e que não se tinha conhecimento da existência, levando a acreditar que isso facilitou a discussão que foi do geral ao particular. A visita e as discussões que antecederam a mesma serviram de motivação para o fechamento do projeto e a socialização do mesmo por parte dos alunos.

Além disso, o material disponibilizado pode servir de inspiração para outros estudos que avancem nesse sentido e que possam, assim como neste projeto, incentivar tanto alunos como professores a trabalhar com história e abordar temas ainda pouco tratados usando recursos que estejam próximos, mas que ainda não foram percebidos.

Forquin (1993) nos lembra que a conservação e a transmissão da herança cultural do passado, como é o caso da comunidade quilombola Manoel Ciríaco dos Santos, é uma função essencial da educação em todas as sociedades e se faz paralelamente a uma reinterpretação e reavaliação contínua daquilo que é conservado. Nesse sentido podemos afirmar que os alunos se depararam com uma comunidade rural que não se distingue, à primeira vista, de outras e só ao se aproximar e perceber os relatos e objetos/costumes/práticas culturais pertencentes ao grupo em si é que é percebida essa diferença e, por outro lado, também as influências do mundo contemporâneo nestas comunidades.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação a Distância. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Disponível em: <<http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2007/eq/index.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2010. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação e Desporto. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio*. 1999.

_____. Congresso Nacional. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1987.

CARVALHO, A. V. de.; FUNARI, P. P. *O direito à diversidade: patrimônio e Quilombo de Palmares (1)*. In: *Revista Internacional Direito e Cidadania*, n. 10. Junho/Set., 2001.

CITRON, Suzanne. *Ensinar história hoje: a memória perdida e reencontrada*. Lisboa: Livros Horizontes, 1990.

DUBY, Georges. A história cultural. In: RIOUX, Jean; SIRINELLI, Jean (Dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

FONSECA, Selva G. *Caminhos da história ensinada*. Campinas: Papyrus, 1993.

FORQUIN, J. C. *Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1993.

GONÇALVES, J. R. S. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 1996.

GONÇALVES, J. H. R.; SILVA, M. D.V.da. *Entre a luz e a sombra: a questão afro-brasileira e a lei 10.639/2003*. Dia-a-dia Educação. Programa de Desenvolvimento Educacional – SEED, PR. 2007.

MOURO, Clovis. *Quilombos resistência ao escravismo*. São Paulo: Ática, 1993. 95 p.

_____, *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. 7. ed. São Paulo, Brasil: Brasiliense, 1987. 100 p.

ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

PARANA, Secretaria de Educação. *Diretrizes curriculares para o ensino de história*. Curitiba: SEED, 2008.

PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. A. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

PROENÇA, Maria C. *Ensinar/aprender história: questões de didática aplicada*. Lisboa: Livros Horizontes, 1990.

REIS, João J.; GOMES, Flávio S. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da micro-análise*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar história: pensamento e ação no magistério*. São Paulo: Scipione, 2004.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. de. *A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas*. In: *Ambiente & Sociedade*. Ano V, n. 10. 1. Semestre de 2002.

¹ Trabalho desenvolvido em conjunto com a Professora PDE Aurineide Maria Moreno, dentro do Programa de Desenvolvimento Educacional, SEED/PR, sob minha orientação